

GDPar SR
Participações em
Projetos Solares
S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidada	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa	11
Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita

Veja as Notas 7.b e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas atuam no segmento de geração distribuída de energia solar e suas receitas são originadas de contratos de locação das usinas fotovoltaicas e serviços de operação e manutenção dessas usinas. As respectivas receitas são calculadas mensalmente com base em fórmulas definidas em contratos apresentando a geração de energia do período como principal variável nessa apuração.</p> <p>Parte das receitas de vendas de energia tomam por base estimativas dos valores de energia fornecida aos clientes, conquanto ainda não faturadas na data do balanço, em virtude do intervalo de tempo entre a data da última leitura para mediação e a data do encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, o valor estimado de venda de energia já fornecida a clientes e ainda não faturada, reconhecido contabilmente é de R\$ 1.666 mil (R\$ 2.958 em 31 de dezembro de 2022). Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou estimativas e premissas complexas e críticas para estimar essas receitas, na medida em que envolve: Estimar os volumes de energia consumida pelos clientes.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;- Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia, e verificação dos comprovantes de liquidação financeira;- Recálculo do contrato de locação com base nas cláusulas contratuais e controles de geração de energia injetada reconhecida pela concessionária e análise dos comprovantes de aceitação do cliente.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 22 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Diego Feliciano Irineu
CRC 1SP223212/O-2

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	240	1.821	8.820	21.531	Fornecedores		-	-	109	2.896
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	-	-	6.350	3.305	Empréstimos e financiamentos	15	173.521	18.438	173.521	18.438
Adiantamentos a fornecedores		-	-	143	-	Obrigações fiscais		-	1	270	333
Impostos a recuperar		1.369	1.341	1.431	1.404	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.508	1.336
Outras contas a receber		-	-	77	66	Partes relacionadas	11	9.808	8.000	5.590	10.759
						Outras contas a pagar		32	31	113	38
						Passivo de arrendamento	14	-	-	728	402
Total do ativo circulante		1.609	3.162	16.821	26.306	Total do passivo circulante		183.361	26.470	181.839	34.202
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Investimentos	12	191.685	193.273	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	-	149.185	-	149.185
Imobilizado	13	641	641	179.790	181.322	Passivo de arrendamento	14	-	-	13.100	9.272
Ativo de direito de uso	14	-	-	13.250	9.494	Provisão para desmobilização	16	-	-	4.348	3.042
Ativo intangível		26	26	26	26	Total do passivo não circulante		-	149.185	17.448	161.499
Total do ativo não circulante		192.352	193.940	193.066	190.842	Patrimônio líquido					
						Capital social	17	26.655	26.655	26.655	26.655
						Reserva legal		19	19	19	19
						Reserva de retenção de lucros		288	288	288	288
						Prejuízos acumulados		(16.362)	(5.515)	(16.362)	(5.515)
Total do ativo		193.961	197.102	209.887	217.148	Total do patrimônio líquido		10.600	21.447	10.600	21.447
						Total do passivo e patrimônio líquido		193.961	197.102	209.887	217.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	18	-	-	39.747	34.347
Custo das vendas	19	-	-	(16.477)	(14.171)
Lucro bruto		-	-	23.270	20.176
Despesas gerais e administrativas	20	(228)	(392)	(2.829)	(1.391)
Outras despesas		(45)	-	(78)	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		(273)	(392)	20.363	18.785
Receitas financeiras	21	127	4.096	1.501	5.344
Despesas financeiras	21	(26.329)	(24.423)	(28.289)	(25.623)
Resultado financeiro líquido		(26.202)	(20.327)	(26.788)	(20.279)
Equivalência patrimonial		15.628	15.204	-	-
Resultado antes dos impostos		(10.847)	(5.515)	(6.425)	(1.494)
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	-	-	(4.422)	(4.021)
Prejuízo do exercício		(10.847)	(5.515)	(10.847)	(5.515)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	<u>(10.847)</u>	<u>(5.515)</u>	<u>(10.847)</u>	<u>(5.515)</u>
Resultado abrangente total	<u>(10.847)</u>	<u>(5.515)</u>	<u>(10.847)</u>	<u>(5.515)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social Nota	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldo em 01 de janeiro de 2022	56.795	19	288	-	57.102
Aumento de capital	7.749	-	-	-	7.749
Redução de capital	(37.889)	-	-	-	(37.889)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.515)	(5.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	26.655	19	288	(5.515)	21.447
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.847)	(10.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.655	19	288	(16.362)	10.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(10.847)	(5.515)	(10.847)	(5.515)
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	12	(15.628)	(15.204)	-	-
Depreciação do ativo imobilizado	13	-	-	7.676	7.258
Depreciação de direito de uso	14	-	-	500	355
Amortização de custos de transação sobre empréstimos	15	1.000	1.002	1.000	1.002
Juros sobre empréstimos	15	25.326	23.421	25.326	23.421
Juros de arrendamentos	14	-	-	1.620	1.180
Juros s/ provisão para desmobilização		-	-	289	-
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	4.422	4.021
		(149)	3.704	29.986	31.722
Decréscimo/ (acréscimo) em variações nos ativos e passivos					
Adiantamentos a fornecedores		-	39	(143)	586
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		-	-	(3.045)	(2.628)
Impostos a recuperar		(28)	(1.311)	(27)	(1.308)
Créditos com partes relacionadas		-	3	-	3
Outras contas a receber		-	-	(10)	135
Ativos de arrendamento		-	-	-	11
Fornecedores		-	(13)	(1.658)	5.988
Obrigações fiscais		(1)	(62)	(63)	(39)
Outras contas a pagar		-	(1)	74	(158)
Passivos de arrendamentos		-	-	-	151
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(178)	2.359	25.114	34.463
Juros pagos de arrendamentos	14	-	-	(1.620)	(1.216)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	15	(4.428)	(1.692)	(4.428)	(1.693)
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(4.250)	(3.111)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(4.606)	667	14.816	28.443
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Investimento em controladas	12	-	(4.668)	-	-
Dividendos recebidos	12	17.217	9.241	-	-
Aquisição de imobilizado	13	-	(641)	(6.255)	(12.793)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		17.217	3.932	(6.255)	(12.793)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Caixa líquido das empresas recebidas (cindidas) por transferência de quotas		-	-	-	(152)
Pagamento de empréstimos, financiamentos	15	(16.000)	(16.000)	(16.000)	(16.000)
Pagamento de arrendamento	14	-	-	(103)	(475)
Pagamentos a partes relacionadas	6	-	(143.139)	(5.169)	(140.652)
Recebimentos de partes relacionadas		1.808	-	-	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		(14.192)	(159.139)	(21.272)	(157.279)
		(1.581)	(154.540)	(12.711)	(141.629)
Redução de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.821	156.360	21.531	163.160
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		240	1.821	8.820	21.531
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(1.581)	(154.540)	(12.711)	(141.629)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (“GDPAR SR” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 2 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C, CEP 04538-133. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresas (controladas diretamente, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica.

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 482/2012 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos até 25 anos. A Companhia tem como principais clientes a Origo Energia e Claro S.A..

Os projetos da Companhia, em estágio inicial de desenvolvimento, foram adquiridos de desenvolvedores do mercado de geração distribuída de energia solar. Logo após a aquisição foram contratados Epcistas para construção das Usinas Fotovoltaicas (UFVs), as quais estão alocadas nas Sociedades de propósitos específicos (SPE’s) listadas na Nota Explicativa nº 1.1

Todas as SPEs (sociedade de propósito específico) encontram-se em fase operacional.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

1.1 Relação das entidades controladas

	% de Participação	
	2023	2022
<i>Controladas diretas:</i>		
UFVs Origo Energia:		
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
<i>Controladas Diretas:</i>		
	% de Participação	
	2023	2022
UFVs Autogeração Solar		
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.	100	100
Autogeração Solar São Paulo Ltda.	100	100
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.	100	100
Autogeração Solar Alegrete Ltda.	100	100

1.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 181.751 (R\$23.308 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$ 165.017 (R\$7.896 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado, em função da reclassificação do endividamento bancário que estava classificado no longo prazo em 2022 para o curto prazo em 2023. A Companhia espera liquidar o atual endividamento no primeiro semestre de 2024 e, pretende contratar uma nova dívida de longo prazo na modalidade Debêntures Simples com prazo de 15 anos. Desta forma, o endividamento de curto prazo será reduzido de forma representativa.

Os planos da Administração para manutenção das atividades do Grupo consistem no suporte financeiro da controladora e de investidores na eventualidade da falta de caixa até a concretização da emissão de longo prazo citada acima. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores em 22 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** – Arrendamentos - prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 14** – Arrendamentos - Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento.
- **Nota explicativa 16** – Provisão para desmobilização – Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde os projetos foram implantados.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico .

6 Retificação de erros imateriais

a) Demonstração de fluxo de Caixa

Durante o exercício de 2023, o Grupo identificou que os pagamentos a partes relacionadas foram indevidamente classificados no fluxo de caixa operacional nas suas demonstrações dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados e o montante de R\$ 143.139 foi reclassificado para o fluxo de caixa de financiamento.

A retificação de erro em 2023 foi somente a citada acima, e não houve nenhum impacto material sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado em 31/12/2022	Ajustes	Reclassificado em 31/12/2022	Originalmente apresentado em 31/12/2022	Ajustes	Reclassificado em 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do exercício	(5.515)	-	(5.515)	(5.515)	-	(5.515)
Ajustes ao resultado do exercício	9.219	-	9.219	37.237	-	37.237
Total após ajustes ao resultado do exercício	3.704	-	3.704	31.722	-	31.722
Decréscimo/ (acréscimo) em variações nos ativos e passivos						
Partes Relacionadas	(143.139)	143.139	-	(140.652)	140.652	-
Outros decréscimos/ (acréscimo) em variações nos ativos e passivos	(1.345)	-	(1.345)	2.741	-	2.741
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(140.780)	143.139	2.359	(106.189)	140.652	34.463
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(140.780)	143.139	2.359	(110.991)	140.652	29.661
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	3.932	-	3.932	(12.793)	-	(12.793)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento						
Pagamentos a partes relacionadas	-	-	(143.139)	-	(140.652)	(140.652)
Outros (pagamentos)	(17.692)	-	(17.692)	(17.845)	-	(17.845)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	(17.692)	-	(160.831)	(17.845)	(140.652)	(158.497)
	(154.540)	-	(154.540)	(141.629)	-	(141.629)
Redução de caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	156.360	-	156.360	163.160	-	163.160
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.821	-	1.821	21.531	-	21.531
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(154.540)	-	(154.540)	(141.629)	-	(141.629)

b) Provisão para desmobilização

Durante o exercício de 2023, o Grupo identificou um erro na forma do cálculo da provisão de desmobilização, onde a projeção anterior atualizava um fluxo anual linear, que totalizava o orçamento de desmontagem durante o prazo de operação das usinas, e descontava este fluxo a taxa de juro futuro. No novo cálculo, o total de orçamento de desmobilização foi atualizado pelo IPCA e este valor foi integralmente considerado no período final de término da operação comercial das usinas, e descontado a taxa de juro futuro. Essa nova metodologia resultou numa reversão de R\$ 9.851. A nova metodologia está em linha com a interpretação *ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares*.

Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados e o montante de R\$ 9.851 foi revertido da conta de provisão de desmobilização do ativo e do passivo.

<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>Impactos da retificação de erros</u>		
	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Imobilizado	191.173	(9.851)	181.322
Demais ativos	35.826	-	35.826
Total do ativo	226.999	(9.851)	217.148
Provisão para desmobilização	12.893	(9.851)	3.042
Demais passivos	192.659	-	192.659
Patrimônio líquido	21.447	-	21.447
Total do passivo e patrimônio líquido	226.999	(9.851)	217.148

7 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todos os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações entidades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.1.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

O Grupo atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distribuição e gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

Controladora – corrente e diferido

A provisão para imposto de renda (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O IRPJ e a CSLL diferidos, quando aplicável, são calculados sobre prejuízos fiscais e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas destes impostos definidas, atualmente, para determinação destes créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Controladas

O IRPJ e a CSLL são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime tributário de Lucro Presumido. Nestas Companhias, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32%, por fim a razão de 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 13. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Usinas Fotovoltaicas	25 anos
Computadores e equipamentos de informática	10 anos
Desmobilização usina solar	30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado. O Grupo não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- e os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo dereconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo a dota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

- O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que o Grupo não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendador

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na

desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

j. Reconhecimento das obrigações contratuais relacionadas à devolução de áreas (terrenos) ARO (Asset Retirement Obligation)

A provisão refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, de retirada de serviço dos seus ativos. A obrigação é descontada a valor presente e, posteriormente, ajustada através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do contrato. As premissas e cálculo são atualizados em bases anuais. Eventual variação é registrada em contrapartida o passivo.

O reconhecimento das obrigações foram realizadas nos exercícios de 2022 e 2023, conforme práticas contábeis mencionadas nas notas explicativas de nº 13 e 16.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 15 o Grupo tem empréstimos bancários com garantia de alienação fiduciária de 100% das ações da subholding emissora, não havendo operações sujeitas a covenants e classificados integralmente como passivo circulante. O Grupo não identificou nenhum possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(ii) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo não pratica operações de risco sacado não havendo necessidade de novas divulgações a serem aplicadas. O Grupo não identificou nenhum possível impacto das alterações e nas respectivas divulgações.

(iii) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento	137	1	3.003	194
Aplicações financeiras	103	1.820	5.817	21.337
	240	1.821	8.820	21.531

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depósitos interbancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 2023 e 2022, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

10 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber clientes (a)	-	-	764	347
Receitas a faturar (b)	-	-	5.586	2.958
	-	-	6.350	3.305

- a) Contas a receber de clientes Claro e Órigo Energia;
- b) Receitas a faturar decorrente da diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das UFVs Autogeração Solar e as compensações aferidas pelas faturas emitidas contra o cliente Claro S.A., saldo de R\$ 3.078 (R\$ 2.958 em 2022); e receita reconhecida em dezembro de 2023 do cliente Órigo Energia e não faturada dentro do exercício, saldo de R\$ 2.508.

As contas a receber são valores a receber em sua maioria originados das receitas de locações de máquinas e equipamentos (Usinas), sublocações de terras e manutenções.

As receitas a faturar representam as prestações de serviços realizadas, cuja emissão da correspondente nota fiscal ocorreu após 31 de dezembro de 2023, bem como a diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das usinas vinculadas ao cliente Claro e as respectivas compensações nas unidades consumidoras dos clientes.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e, clientes em situação de recuperação judicial, quando aplicável. A Companhia não apresenta valores vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portando não registrou nenhuma provisão de créditos de liquidação duvidosa.

11 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas são referentes a mútuos e não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos passivos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo Circulante				
GD Geração Distrib. Part. S.A.(a)	4.950	8.000	5.590	10.759
UFV MG XXIII Equip. Fotovoltaicos Ltda.	700	-	-	-
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.	1.600	-	-	-
Autogeração Solar São Paulo Ltda.	1.500	-	-	-
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	800	-	-	-
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	258	-	-	-
Total Circulante	9.808	8.000	5.590	10.759
Partes Relacionadas – Passivo	9.808	8.000	5.590	10.759

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração da Companhia não é remunerada por esta Companhia, conforme cláusula 6.2 do Estatuto Social. A remuneração da Administração é de responsabilidade da controladora GD Geração Distribuída Participações S.A.

12 Investimentos

a. Composição do saldo

	<u>% Participação</u>			
	2023	2022	2023	2022
Investidas				
UFVs Origo Energia	100	100	111.733	111.867
UFVs Autogeração Solar	100	100	<u>79.952</u>	<u>81.406</u>
Saldo de investimentos			<u>191.685</u>	<u>193.273</u>

Movimentação de 2023

Investidas	2022	Dividendos	Equivalência Patrimonial	2023
Autogeração Solar				
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	30.778	(3.373)	3.100	30.505
Autogeração Solar São Paulo Ltda	27.868	(2.301)	2.048	27.615
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	11.616	(967)	862	11.511
Autogeração Solar Alegrete Ltda	<u>11.144</u>	<u>(1.370)</u>	<u>547</u>	<u>10.321</u>
Total Autogeração Solar	81.406	(8.011)	6.557	79.952
UFVs Origo Energia				
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	13.035	(1.344)	1.181	12.872
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.780	(800)	679	12.659
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.652	(846)	961	11.767
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.108	(951)	975	12.132
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.561	(579)	887	12.869
UFVSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.799	(1.034)	1.181	12.946
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.149	(1.353)	1.204	12.000
UFV MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.594	(1.159)	974	12.409
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	<u>12.189</u>	<u>(1.140)</u>	<u>1030</u>	<u>12.079</u>
Total UFVs Origo Energia	111.867	(9.206)	9.072	111.733
Total em Investidas	193.273	(17.217)	15.628	191.685

b. Movimentação 2022

Investidas	2021	Aumento de capital e/ou AFAC	Cisão	Dividendos	Equivalência Patrimonial	2022
Autogeração Solar						
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	30.360	-	-	(2.678)	3.096	30.778
Autogeração Solar São Paulo Ltda	27.762	-	-	(2.023)	2.129	27.868
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	11.382	-	-	(395)	629	11.616
Autogeração Solar Alegrete Ltda	9.963	52	-	-	1.129	11.144
Total Autogeração Solar	79.467	52	-	(5.096)	6.983	81.406
UFVs Origo Energia						
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.472	-	-	(207)	770	13.035
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.328	-	-	(477)	929	12.780
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.338	-	-	(85)	399	11.652
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.631	50	-	(115)	542	12.108
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.515	20	-	(105)	131	12.561
UFVSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.509	10	-	(273)	553	12.799
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.445	-	-	(851)	1.555	12.149
UFV MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.918	-	-	(930)	1.606	12.594
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.484	-	-	(1.102)	1.807	12.189
Total UFVs Origo Energia	107.640	80	-	(4.145)	8.292	111.867
UFVs Magazine Luiza						
			(a)		(a)	
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.901	616	(4.497)	-	(20)	-
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.347	607	(5.924)	-	(30)	-
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.489	314	(3.790)	-	(13)	-
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.492	418	(3.896)	-	(14)	-
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	4.413	150	(4.630)	-	67	-
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.122	842	(5.937)	-	(27)	-
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.455	535	(5.970)	-	(20)	-
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equip. Fotovoltaicos Ltda.	2.203	1.054	(3.243)	-	(14)	-
Total UFVs Magazine Luiza	33.422	4.536	(37.887)	-	(71)	-
Total em Investidas	220.529	4.668	(37.887)	(9.241)	15.204	193.273

- (a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021 por conferência ao capital social da Companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) nas referidas SPEs.

c. Informações sobre as controladas:

Controladas	Participação 2023 - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência patrimonial
Autogeração Solar							
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	100%	32.568	29.467	30.505	3.101	30.505	3.101
Autogeração Solar São Paulo Ltda	100%	29.951	27.904	27.615	2.047	27.615	2.047
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	100%	12.529	11.667	11.511	862	11.511	862
Autogeração Solar Alegrete Ltda	100%	11.356	10.809	10.321	547	10.321	547
UFVs Origo Energia							
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.209	13.029	12.872	1.181	12.872	1.181
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.631	13.951	12.659	680	12.659	680
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	12.894	11.932	11.767	961	11.767	961
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	13.394	12.420	12.132	974	12.132	974
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.820	13.933	12.869	887	12.869	887
UFVSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.310	13.129	12.946	1.181	12.946	1.181
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	13.615	12.410	12.000	1.204	12.000	1.204
UFV MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	14.514	13.540	12.409	974	12.409	974
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	13.679	12.650	12.079	1.029	12.079	1.029
Total		212.470	196.840	191.685	15.629	191.685	15.629

13 Imobilizado

i) Conciliação do valor contábil

	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	Consolidado		
			2023		
			Custos	Depreciação Acumulada	Líquido
Adiantamento a fornecedor	-	-	4.351	-	4.351
Computadores e equipamentos de informática	10	10	25	(2)	23
Montagem e instalações	-	-	641	-	641
Total do imobilizado e imobilizado em andamento			5.017	(2)	5.015
<u>Ativos objetos de arrendamentos:</u>					
Usinas Fotovoltaicas – Órigo	4	25	69.780	(8.412)	61.368
Usinas Fotovoltaicas – Autogeração Solar	4	25	121.285	(11.817)	109.468
Total de ativos para arrendamento operacional			191.065	(20.229)	170.836
<u>Ativo de desmobilização</u>					
Ativo de desmobilização	3,33	30	4.059	(120)	3.939
Total			200.141	(20.351)	179.790

(a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaica.

ii) Conciliação do valor contábil

	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	Consolidado		
			2022		
			Custos	Depreciação Acumulada	Líquido
Adiantamento a fornecedor (a)	-	-	4.821	-	4.821
Imobilizado em andamento			641		641
Computadores e equipamentos de informática	10	10	-	-	-
Outros custos de implantação					-
Total do imobilizado e imobilizado em andamento			5.462	-	5.462
<u>Ativos objetos de arrendamentos:</u>					
Usinas Fotovoltaicas – Órigo	4	25	68.293	(4.046)	64.247
Usinas Fotovoltaicas – Autogeração Solar	4	25	117.201	(8.630)	108.571
Total de ativos para arrendamento operacional			185.494	(12.676)	172.818
<u>Ativo de desmobilização</u>					
Ativo de desmobilização	3,33	30	3.042	-	3.042
Total			193.998	(12.676)	181.322

(a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaica;

iii) Movimentação de 2023

	Consolidado				
	2022		2023		
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Baixas(a)	Saldo Final
Custo					
Adiantamento a fornecedor	-	4.821	659	(1.129)	4.351
Imobilizado em andamento	-	641	-	-	641
Computadores e equipamentos de informática	10	-	25	-	25
Total de outros ativos		5.462	684	(1.129)	5.017
<u>Imobilizado para arrendamento operacional:</u>					
Usina Fotovoltaica – OLB e BJJ	4	30.056	816	-	30.872
Usina Fotovoltaica – Canas e Pres. Alves	4	27.549	578	-	28.127
Usina Fotovoltaica S.G IBIA	4	10.688	93	-	10.781
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor1	4	11.090	1.151	-	12.241
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA1	4	12.053	291	-	12.344
Usina Fotovoltaica Nova Ponte	4	12.149	486	-	12.635
Usina Fotovoltaica Iraí 1	4	11.770	393	-	12.163
Usina Fotovoltaica Iraí 2	4	11.690	288	-	11.978
Usina Fotovoltaica Frutal	4	12.254	218	-	12.472
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor2	4	11.649	415	-	12.064
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor3	4	11.978	416	-	12.394
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA2	4	12.207	307	-	12.514
Usina Fotovoltaica Autogeração Alegrete	4	10.361	119	-	10.480
Total de ativos para arrendamento operacional		185.494	5.571	-	191.065
<u>Ativo de desmobilização</u>					
Ativo de desmobilização (b)	3,5	3.042	1.017	-	4.059
Depreciação					
Usinas Fotovoltaicas	4	(12.676)	(7.553)	-	(20.229)
Computadores e equipamentos de informática	10	-	(2)	-	(2)
Desmobilização usina solar	3,5	-	(120)	-	(120)
Total do ativo imobilizado		(12.676)	(7.675)	-	(20.351)
	-	181.322	403	(1.129)	179.790

- a) Saldos baixados contra fornecedores conforme acordo comercial de ajuste de preço e redução de escopo contratual.
- b) Em 2023 foi remensurada a provisão no montante de R\$1.017. o Saldo apurado será depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 16;
- (c) Ajuste na estimativa de desmobilização devido a mudança na metodologia de cálculo, conforme NE 6.

(ii) **Movimentação de 2022**

	2021			2022			
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Cisão (a)	Saldo Final
Custo							
Adiantamento inversões fixas	-	26.007	8.636	-	(10.329)	(19.493)	4.821
Imobilizado em andamento	-	22.105	3.383	-	(7.191)	(17.656)	641
Outros custos de implantação	-	3.754	759	-	(1.167)	(3.346)	-
Total de outros ativos		51.866	12.778	-	(18.687)	(40.495)	5.462
<u>Ativos objetos de arrendamentos:</u>							
Usina Fotovoltaica - OLB e B JL	4	29.839	15	-	202	-	30.056
Usina Fotovoltaica - Canas e Pres. Alves	4	27.383	-	-	166	-	27.549
Usina Fotovoltaica S.G IBIA	4	10.632	-	-	56	-	10.688
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor1	4	11.070	-	-	20	-	11.090
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA1	4	12.161	-	(153)	45	-	12.053
Usina Fotovoltaica Nova Ponte	4	10.491	-	-	1.658	-	12.149
Usina Fotovoltaica Iraí 1	4	11.703	-	-	67	-	11.770
Usina Fotovoltaica Iraí 2	4	11.626	-	-	64	-	11.690
Usina Fotovoltaica Frutal	4	10.684	-	-	1.570	-	12.254
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor2	4	11.774	-	(145)	20	-	11.649
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor3	4	11.958	-	-	20	-	11.978
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA2	4	12.219	-	(31)	19	-	12.207
Usina Fotovoltaica Autogeração Alegrete	4	-	-	-	10.361	-	10.361
Usina Fotovoltaica Taubaté	4	-	-	-	4.419	(4.419)	-
Total de ativos para arrendamento operacional		171.540	15	(329)	18.687	(4.419)	185.494
<u>Ativo de desmobilização</u>							
Ativo de desmobilização – b)	3,5	-	3.042	-	-	-	3.042
Depreciação							
Usinas Fotovoltaicas	4	(5.431)	(7.258)	-	-	13	(12.676)
Total do ativo imobilizado	-	217.975	8.577	(329)	-	(44.901)	181.322

- a) Transferência por Cisão dos ativos de 8 SPEs do pacote Magalu com parcela cindida para a Subholding GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A aportados pela GD Geração Distribuída Participações S.A por conferência das cotas das SPEs ao capital social.
- b) Em 2022 a Companhia havia registrado custo estimado de desmobilização no montante de R\$ 12.893 e reavaliou o saldo para R\$3.042, conforme nota explicativa nº 6. O saldo apurado será depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

14 Arrendamentos

a. Arrendamentos como arrendatário

O Grupo arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos referem-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. O grupo faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das Usinas Fotovoltaicas.

(i) Ativos de Direito de Uso

	Consolidado	
	2023	2022
Direito de Uso de Superfície (a)	14.542	10.285
(-) Depreciação Acumulada	(1.292)	(791)
Total Direito de Uso	13.250	9.494

Movimentação de 2023

Descrição	2022	2023		Saldo Final
		Adições		
Direito de Uso de Superfície	10.285	4.257		14.542
(-) Depreciação Acumulada	(791)	(501)		(1.292)
Total de Direito de Uso	9.494	3.756		13.250

Movimentação de 2022

Descrição	2021	2022		Saldo Final
		Adições	Cisão (i)	
Direito de Uso de Superfície	11.366	-	(1.081)	10.285
(-) Depreciação Acumulada	(462)	(366)	37	(791)
Total de Direito de Uso	10.904	(366)	1.044	9.494

(ii) *Passivos de Arrendamento*

Movimentação de 2023

Descrição	2022	2023			Saldo Final
		Remensurações	Juros	Pagamentos	
Direito de Uso de Superfície	9.674	4.257	1.620	(1.723)	13.828
Total de Arrendamentos	9.674	4.257	1.620	(1.723)	13.828

Movimentação de 2022

Descrição	2021	2022				Saldo Final
		Cisão	Baixas	Juros (a)	Pagamentos	
Direito de Uso de Superfície	11.231	(1.088)	5	1.217	(1.691)	9.674
Total de Arrendamentos	11.231	(1.088)	5	1.217	(1.691)	9.674

- a) Parte dos juros e depreciações foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais. R\$11 de depreciação e R\$ 151 de juros.

b. Arrendamentos como arrendador

(i) *Arrendamento Operacional*

O Grupo arrenda suas Usinas fotovoltaicas para os clientes alinhados com a Resolução n° 482/2012 da ANEEL. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos.

15 Empréstimos e financiamentos

		Consolidado	
Instituição:	Instituição	2023	2022
Notas promissórias comerciais (a)	Itau bba	173.521	167.623
Total		173.521	167.623
Circulante		173.521	18.438
Não Circulante		-	149.185

Correspondem a 20 notas promissórias, sem cláusulas restritivas financeiras (covenants), com valor de R\$ 8.000 cada, emitidas em 22 de outubro de 2021 e com vencimento a partir de 22 de abril de 2022 até 22 abril de 2024. As operações estão sujeitas a juros de 2,43% ao ano com periodicidade de pagamento semestral, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As notas promissórias possuem como garantias: alienação fiduciária de 100% das ações da subholding emissora (GDpar SR Participações em Projetos Solares S.A) e das SPEs ligadas (UFVs ORIGO Energia e UFVs Solargrid Pacote I e II ligadas a Gdpar Gdsolar, vide nota explicativa 1.1), conforme cártulas das notas promissórias.

i) Movimentações de 2023 no saldo dos empréstimos e financiamentos

Tipo	2022	2023				Saldo Final
		Amortização custos de transação	Juros	Pagamentos (principal)	Pagamentos (juros)	
Notas Promissórias	167.623	1.000	25.326	(16.000)	(4.428)	173.521
Total	167.623	1.000	25.326	(16.000)	(4.428)	173.521
Circulante	18.438					173.521
Não Circulante	149.185					-

ii) Movimentações de 2022 no saldo dos empréstimos e financiamentos

Tipo	2021	2022				Saldo Final
		Amortização custos de transação	Juros	Pagamentos (principal)	Pagamentos (juros)	
Notas Promissórias	160.893	1.001	23.421	(16.000)	(1.692)	167.623
Total	160.893	1.001	23.421	(16.000)	(1.692)	167.623
Circulante	24.134					18.438
Não Circulante	136.759					149.185

ii) Vencimento dos empréstimos e financiamentos:

Período	Consolidado	
	2023	2022
2023	-	18.438
2024	173.521	149.185
Total	173.521	167.623

15.1 Aval da Companhia para emissão de dívida pela GDPAR SN

Em 17 de agosto de 2022, a GDPAR SN Participações em Projetos Solares S/A (“Emissora”) realizou a emissão de R\$ 325.000 em debêntures de série única e não conversíveis em ações, com o vencimento do principal (bullet) em 26 de fevereiro de 2025. As debêntures são indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais juros de 2,35% ao ano, sendo os juros pagos semestralmente, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano.

As debêntures possuem como garantias: alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora e das suas controladas e aval de fiança da Companhia, com garantia total de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora no âmbito da emissão de debêntures. O aval de fiança prestado à Emissora foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária por unanimidade em 17 de agosto de 2022.

16 Provisão para desmobilização

Para as controladas que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de provisão para desmobilização totaliza R\$ 4.348 (R\$ 3.042 em 31 de dezembro de 2022).

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, conforme AGE de 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 26.655 (R\$ 26.655 em 2022), representado por 242.786.866 ações ordinárias e preferencias, sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2023 e 2022 Acionistas	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	%	R\$
	GD Geração Distribuída Participações S.A.	242.786.866	-	100
	<u>242.786.866</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>26.655</u>

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Destinação de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 0,001%. Durante os exercícios de 2023 e 2022 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas, a Companhia obteve prejuízo.

18 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2023	2022
Receita operacional bruta		
Receita de serviços prestados	37.294	32.812
Receita de serviço prestados (não faturado) (a)	2.508	-
Receita de serviço prestados (créditos) (b)	1.666	2.958
	41.468	35.770
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(1.721)	(1.423)
	39.747	34.347

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	Consolidado	
	2023	2022
Receita de Serviços Prestados		
Receita de locações	36.190	32.370
Receita de operação e manutenção	5.278	3.400
	41.468	35.770

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução Normativa Nº 1.059 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A Companhia tem como principais clientes a Origo Energia e Claro S.A .

- c) receitas dos contratos do cliente Origo Energia reconhecida em dezembro de 2023 com base no pedido aprovado pelo cliente.
- d) Receitas a faturar resultantes da diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das UFVs Autogeração Solar (vide nota explicativa 1.1) e as compensações obtidas através das faturas emitidas ao cliente Claro S.A.

19 Custos das vendas

	Consolidado	
	2023	2022
Depreciação das usinas	(7.554)	(7.258)
Depreciação desmobilização	(120)	-
Depreciação de direito de uso	(502)	(355)
Manutenção	(3.869)	(3.232)
Salários e encargos (a)	(1.954)	(1.765)
Outros custos	(408)	(624)
Outros custos -seguros e outros	(2.070)	(937)
Total	(16.477)	(14.171)

- a) Refere-se a custos administrativos que são incorridos e pagos por outras empresas do grupo e posteriormente rateados para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços tomados (advocáticos, contábil, TI e outros)	(227)	(182)	(990)	(673)
Despesas com pessoal compartilhadas – (a)	-	-	(1.384)	(81)
Outras despesas gerais e administrativas	(1)	(17)	(455)	(397)
Despesas tributárias	-	(193)	-	(240)
	(228)	(392)	(2.829)	(1.391)

- a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas por outras empresas do grupo e posteriormente rateadas para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de despesas assinado pelas partes

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Receitas Financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	127	4.093	1.482	5.330
Outras receitas	-	3	19	14
	127	4.096	1.501	5.344
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros de empréstimos e financiamentos (a)	(25.326)	(23.420)	(25.326)	(23.420)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.619)	(1.180)
Juros sobre provisão de desmobilização	-	-	(289)	-
Amortização dos custos dos empréstimos (a)	(1.000)	(1.002)	(1.000)	(1.002)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(17)	(15)
Outras despesas	(2)	-	(38)	(6)
	(26.329)	(24.423)	(28.289)	(25.623)
Total	(26.202)	(20.327)	(26.788)	(20.279)

22 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro presumido

	Consolidado	
	2023	2022
Receita com prestação de serviços	41.468	35.770
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo após presunção	13.270	11.446
Receita financeira	19	14
Base de Cálculo	13.289	11.460
IRPJ - 15%	1.993	1.717
Adicional IRPJ - 10%	1.233	1.274
CSLL - 9%	1.196	1.030
Total de IRPJ e CSL	4.422	4.021

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) estão enquadradas no regime de tributação do lucro presumido. Consideramos nesta apuração somente as empresas com regime de tributação do lucro presumido.

23 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos – Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	Consolidado 31/12/2023			31/12/2022		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 2
Ativos financeiros conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	-	8.820	-	-	21.531	-
Total de ativos financeiros	-	8.820	-	-	21.531	-
Passivos financeiros conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	-	109	-	-	2.896	-
Empréstimos e financiamentos	-	173.521	-	-	167.623	-
Passivo de arrendamento	-	13.828	-	-	19.348	-
Partes relacionadas	-	5.590	-	-	10.759	-
Total de passivos financeiros	-	193.048	-	-	200.626	-

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis). A companhia não possui instrumentos financeiros nessa classificação.

a. *Gerenciamento dos riscos financeiros*

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários. As empresas que compõem o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado de “Caixa e equivalentes de caixa” foi de R\$ 8.820 (2022: R\$ 21.531). Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores não incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2023	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores (Nota 15)	109	109	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	173.521	173.521	-	-
Partes relacionadas (Nota 10)	5.590	5.590	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 13)	13.828	728	870	12.230
Total	193.048	179.948	870	12.230

Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores (Nota 15)	2.896	2.896	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	167.623	18.438	149.185	-
Partes relacionadas (Nota 10)	10.759	10.759	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 13)	9.674	402	560	8.712
Total	190.952	32.495	149.745	8.712

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia e suas investidas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

O Grupo não operou em 2023 e 2022 com instrumentos de derivativos para troca de risco.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o grupo

busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa	Saldo em 31/12/2023	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C 10%	Cenário D 25%
Ativo						
Aplicações Financeiras	CDI	11,87%	10,68%	8,90%	13,06%	14,84%
Exposição líquida do balanço patrimonial		8.820	9.762	9.605	7.668	7.511
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	CDI	11,87%	10,68%	8,90%	13,06%	14,84%
Arrendamentos	IPCA	4,62%	4,16%	3,47%	5,08%	5,78%
Exposição líquida do balanço patrimonial		(187.349)	(215.153)	(210.519)	(153.366)	(148.732)

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário D considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%.

As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

Taxa de fechamento na data

	2023	2022
	4,62%	5,79%

24 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 21 de dezembro de 2022, a Companhia e suas Controladas realizaram as seguintes atividades não caixa que não afetaram os fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para desmobilização (nota 16)	-	-	1.017	12.893
Redução de capital da Companhia (nota 17)	-	(37.889)	-	(37.889)
Cisão de imobilizado (nota 13)	-	-	-	(44.901)
Cisão de ativo direito de uso (nota 14)	-	-	-	(1.044)
Aumento de capital com créditos (nota 17)	-	7.749	-	7.749
Adições- IFRS 16 – Direito de Uso e Passivo de Arrendamento (nota 14)	-	-	4.257	-

25 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

26 Eventos subsequentes

Em 29 de fevereiro de 2024 foi aprovado em AGE da Companhia a incorporação de suas SPEs controladas. Essa reorganização visa a simplificação fiscal e societária da companhia, além de prepará-la para a emissão de nova dívida, especificamente “Debêntures Simples”.